

SESSÃO DE 25 DE AGOSTO DE 1995

ACÓRDÃO Nº 101-88.786

RECURSO Nº 87.012 - IRPJ - PIS-DEDUÇÃO - Exercício de 1988

RECORRENTE: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

RECORRIDA: D.R.F. EM BELO HORIZONTE - MG

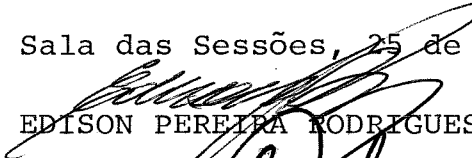
I.R.P.J. - PIS DEDUÇÃO. PROCEDIMENTO REFLEXO. A decisão prolatada no processo instaurado contra a pessoa jurídica, intitulado de principal ou matriz, da qual resulte declarada a materialização ou insubsistência do suporte fático que também embasa a relação jurídica referente à exigência materializada contra a mesma empresa, relativamente à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS aplica-se, por inteiro, aos denominados procedimentos decorrentes ou reflexos.

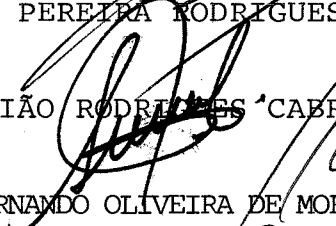
Recurso conhecido e provido, em parte.

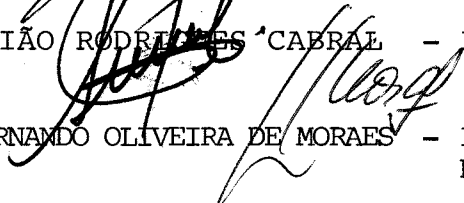
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para ajustar a exigência ao decidido no processo principal, através do acórdão nº 101-86.902, de 16.08.94.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1995

 EDISON PEREIRA RODRIGUES - PRESIDENTE

 SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL - RELATOR

 LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTO EM

SESSÃO DE: 20 OUT 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Mariam Seif, Jezer de Oliveira Cândido, Francisco de Assis Miranda, Raul Pimentel, Kazuki Shiobara e Celso Alves Feitosa.

RECURSO Nº : 87.012

ACÓRDÃO Nº: 101-88.78.5

RECORRENTE : .CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

RECORRIDA : D.R.F. EM BELO HORIZONTE - MG

R E L A T Ó R I O

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.G.C. -MF sob o nº 17.262.213/0001-94, não se conformando com a decisão proferida pelo Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte - MG, recorre a este Conselho conforme petição de fls. 93/145, na pretensão de reforma da mencionada decisão da autoridade julgadora singular.

A peça básica nos dá conta de que a exigência tributária resulta de:

"Valor relativo ao PIS/DEDUÇÃO incidente sobre o imposto de renda pessoa jurídica, apurado em lançamento de ofício, conforme Auto de Infração do Imposto de Renda-Pessoa Jurídica, lavrado, cuja cópia foi entregue a autuada."

Inaugurada a fase litigiosa do procedimento, o que ocorreu com a protocolização da peça impugnativa de fls. 21 a 62, foi proferida decisão pela autoridade julgadora monocrática, cuja ementa tem esta redação:

"PIS - DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Nos termos do artigo 480 do RIR/80, serão deduzidos 5% (cinco por cento) do imposto devido, para recolhimento ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social - PIS."

Cientificado dessa decisão em 15 de dezembro de 1993, o contribuinte ingressou com seu apelo para esta Segunda Instância Administrativa, protocolizado no dia 14 de janeiro seguinte, onde reconhece tratar-se de tributação reflexa e diz estar recorrendo no processo principal por considerar injustificada e ilegítima a cobrança que naqueles autos está sendo promovida.

É o relatório.



ACÓRDÃO Nº: 101-88.786

V O T O.

Conselheiro SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, Relator:

O recurso foi manifestado no prazo legal. Conheço-o por tempestivo.

Do relato se infere que a presente exigência decorre de outro lançamento levado a efeito contra a mesma pessoa jurídica, onde foram apuradas irregularidades que acarretaram pagamento a menor do Imposto de Renda devido no exercício de 1988, ano-base de 1987.

Esta Câmara, ao julgar o Recurso protocolizado sob nº.107.565, deu-lhe provimento, em parte, conforme faz certo o Acórdão nº 101-86.902 de 16 de agosto de 1994, assim ementado:

“I.R.P.J. - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS.

I - CONTRAPRESTAÇÕES DO ARRENDAMENTO MERCANTIL. VALOR RESIDUAL ÍNFIIMO. No negócio jurídico contratado, do qual resulte operação de arrendamento mercantil, o fato de as partes, mediante acordo de interesses, fixarem como valor residual quantia considerada irrisória, quando comparada com o custo financeiro do “leasing”, não descaracteriza a essência do contrato.

II - DESPESAS NÃO COMPROVADAS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Quando comprovado que os serviços foram efetivamente prestados, os gastos sejam necessários à manutenção da fonte produtora dos rendimentos, além de serem usuais e normais no ramo de atividade desenvolvida pela pessoa jurídica, as importâncias pagas ou incorridas são dedutíveis para efeito de apuração do lucro real.

III - BRINDES. Os gastos com aquisição de presentes não podem ser admitidos como despesas operacionais, por lhes faltarem as características próprias de “brindes”, considerados como tais os objetos de nenhum ou de reduzido valor comercial.

IV - GASTOS COM BENS ATIVÁVEIS. Dispêndios suportados pela pessoa jurídica, relacionados com o desenvolvimento de “software” específico, envolvendo, ainda, treinamento da mão-de-obra especializada e o fornecimento de manuais técnicos, por sua natureza, devem ser ativados para futura amortização.



ACÓRDÃO Nº: 101-88.786

REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. LUCRO DA EXPLORAÇÃO.
CUSTOS INDIRETOS. APROPRIAÇÃO.

Não enseja a aplicação da orientação contida no Parecer Normativo CST nº 49, de 1979, ou seja, apuração do lucro da exploração por estimativa, quando a pessoa jurídica mantém registros contábeis que permitam determinar o resultado de cada uma das atividades exercidas. O rateio dos custos e despesas operacionais indiretos, que envolvem diversas atividades, incentivadas ou não, pode ser admitido para efeito de se determinar o lucro líquido do exercício, base para se chegar ao lucro da exploração da atividade incentivada.

TAXA REFERENCIAL DIÁRIA - T.R.D. - ENCARGOS. INCIDÊNCIA.

Os encargos introduzidos através do artigo 30 da Lei nº 8.218, de 1991, têm incidência sobre débitos para com a Fazenda Nacional, a partir de agosto de 1991.

Recurso conhecido e provido, em parte."

Em observância ao princípio da decorrência, e sendo certo a relação de causa e efeito existente entre as matérias litigadas em ambos os processos, o decidido no processo principal aplica-se, por inteiro, aos procedimentos que lhe sejam decorrentes.

Voto, pois, no sentido de dar provimento, em parte, ao recurso voluntário interposto pelo sujeito passivo, para ajustar a exigência ao que restou decidido através do Acórdão nº 101-86.902..

Brasília-DF, 25 de agosto de 1995.


SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, Relator.